

# VIVÊNCIA JURÍDICA FRENTE AOS DILEMAS DA SAÚDE EM UM DETERMINADO HOSPITAL DA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO

## LEGAL EXPERIENCE IN FRONT OF HEALTH DILEMMAS IN A CERTAIN HOSPITAL IN THE BICO DO PAPAGAIO REGION

Mayane Rocha Silva<sup>1</sup>

Dhonnell Oliveira da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** A assistência jurídica desempenha um papel fundamental na orientação, estratégia, prevenção, auxílio e atuação imediata nas tomadas de decisão dos gestores de saúde, proporcionando agilidade e segurança. Seu objetivo é evitar conflitos judiciais prolongados e onerosos, contribuindo para o bom desenvolvimento profissional. Neste relato de experiência, serão descritas situações do exercício jurídico no cotidiano de um Hospital da Região do Bico do Papagaio, ressaltando a importância de conduzir essas atividades de maneira adequada. Através da narrativa, busca-se evidenciar os possíveis prejuízos futuros que a unidade de saúde pode enfrentar caso não sejam adotadas práticas corretas.

**Palavras-chave:** Assistência Jurídica. Tomada de decisão. Saúde.

**Abstract:** Legal assistance plays a key role in guidance, strategy, prevention, assistance and immediate action in decision-making by health managers, providing agility and security. Its objective is to avoid prolonged and costly legal disputes, contributing to good professional development. In this experience report, situations of legal practice in the daily life of a Hospital in the Bico do Papagaio Region will be described, emphasizing the importance of conducting these activities properly. Through the narrative, we seek to highlight the possible future damages that the health unit may face if correct practices are not adopted.

**Keywords:** Legal Assistance. Decision making. Health

1 Pós-Graduada em Saúde Coletiva com Ênfase em Saúde da Família (Unitins)- Campus Universitário de Augustinópolis, Tocantins.

2 Professor do curso de graduação em Enfermagem da Faculdade de Ciências Médicas (FACMED), Campus Augustinópolis, Estado do Tocantins, Brasil. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4135664052977364>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4132-3124>. E-mail: [enfsilvadhonnell@outlook.com](mailto:enfsilvadhonnell@outlook.com).

# Introdução

As ações judiciais são utilizadas em várias partes do mundo como meio de se garantir acesso a “bens e serviços de saúde”, promovendo a efetivação do “Direito à Saúde” (FREITAS; FONSECA; QUELUZ, 2020). No Brasil, a Constituição Federal de 1988 concretizou a universalização do direito à saúde por meio de instrumentos normativos específicos e programas estratégicos. Mesmo assim, para a efetivação dos direitos à saúde, a população brasileira tem recorrido aos tribunais de justiça para acesso a bens e serviços de saúde.

O direito à saúde no Brasil ganhou espaço no debate público, especialmente nas últimas duas décadas, em função do aumento do acionamento do Poder Judiciário por parte dos cidadãos que requerem do Estado a garantia de acesso a medicamentos, exames, internações, entre outros bens e serviços de saúde. Foi reconhecido na Constituição Federal de 1988 (CF/1988) como um direito de todos e um dever do Estado, e sua garantia se dará mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988, art. 196).

A assessoria jurídica é fundamental na tomada de decisões, já que a orientação técnica sobre cada postura a ser adotada poderá evitar ou reduzir os riscos de uma possível ação contrária aos interesses do hospital. A rápida tomada de decisões exigida pela gestão hospitalar pode criar diversas situações que, se mal decididas, acarretam prejuízos tanto para a instituição como para o paciente. Diante desse contexto, faz-se imprescindível a orientação e todo o trabalho realizado por uma assistência jurídica, que perpassa dois momentos distintos: o preventivo e o contencioso (RIBEIRO, 2020).

No aspecto preventivo, toda a atenção volta-se, inicialmente, à minimização de riscos, evitando que qualquer procedimento ou não conformidade se transforme em fonte de contencioso judicial ou extrajudicial. Já no aspecto contencioso, uma vez ajuizada qualquer demanda contra o hospital, são elaboradas as defesas para auxiliar nos subsídios de respostas, visando sempre à exclusão ou redução de qualquer resultado negativo.

A orientação técnica proporcionada pela assessoria jurídica sobre cada postura a ser adotada faz com que os riscos sejam reduzidos e ações contrárias aos interesses do hospital sejam minimizadas. Portanto, a Assessoria Jurídica desempenha um papel extremamente relevante nesse contexto. Não deve ser confundida como um órgão de controle, embora, até certo ponto, o seja. Se sua função primária é preventiva, deve atuar de forma orientadora (LIMA; SILVA, 2019).

Assim, o presente trabalho busca relatar como se organiza e executa o trabalho jurídico juntamente com a Direção Geral e Administrativa de um determinado hospital da região do Bico do Papagaio e discutir sobre as atribuições da Assistência Jurídica previstas, destacando as atividades a serem desenvolvidas pelo profissional jurídico com a Direção Geral e Administrativa, bem como apresentar as vantagens dessa assistência.

## Metodologia

O presente trabalho consiste em um relato de experiência da autora no contexto da Assistência Jurídica de um Hospital na Região do Bico do Papagaio. O objetivo é descrever as situações profissionais vivenciadas no dia a dia, considerando a interação entre as áreas de Saúde e Jurídico. Essa interação tor-

na-se importante para a sistematização da assistência, tendo em vista as diversas demandas judiciais e extrajudiciais, bem como a elaboração de documentos legais que envolvem a Unidade de Saúde. O relato visa fornecer subsídios aos gestores nas atividades profissionais desenvolvidas.

## Desenvolvimento

O aumento da consciência dos cidadãos sobre a possibilidade de exigir do Estado a garantia de prestação de serviços de saúde e a jurisprudência consolidada nos tribunais brasileiros sobre o dever do Estado de assegurar essas prestações, reforçando ainda mais a busca do Poder Judiciário pelos cidadãos para resolver conflitos dessa natureza, demonstram a relevância que o tema ganhou no país (FREITAS; FONSECA; QUELUZ, 2020).

Um dado Hospital Unidade de média complexidade localizada no Bico do Papagaio, que é referência para 24 (vinte e quatro) municípios de sua região, onde atende diariamente diversas demandas, internas, externas, judiciais e extra judiciais de diversos órgãos tais como: Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário e Polícia Civil, dentre outros que envolvem corriqueiramente nas atividades profissionais.

Diante disso, e partindo do princípio de que a Gestão Hospitalar é uma das mais complexas a serem administradas, uma conexão direta entre a sua infraestrutura, o profissional de saúde e o paciente, e com a obrigação de organizar corretamente os seus serviços e fornecer suporte suficiente para o trabalho, qualificando e assegurando a adequada execução nos seus resultados, veio a necessidade da implantação de um setor jurídico dentro do Hospital que responde oferece todo suporte e auxílio aos Diretores (as) no desenvolvimento de toda demanda que envolve a Unidade de Saúde.

O Direito tem a função de regular a vida dos indivíduos em uma sociedade, facilitando a convivência e a resolução de conflitos. A ciência jurídica acompanha todo o processo de formação sociocultural, estuda e propõe regras para que possa tornar efetivo esse propósito (RANGEL, 2016).

Há uma relação bastante estreita entre o Homem, o Direito e a Sociedade, com influência mútua entre esses elementos. Enquanto as pessoas devem se adequar às normas para habitarem harmoniosamente um mesmo espaço, o mundo jurídico precisa compreender esse espaço e as relações que o compõem como processos vivos e em constante mudança. Ao reconhecer e contribuir para essa transformação social permanente, o Direito cumpre sua principal missão, que é promover a paz e a harmonia nas relações individuais e coletivas (RANGEL, 2016).

O assessor jurídico desempenha um papel importante ao expressar-se em processos administrativos ou em reuniões de gestão, atuando como consultor e opinando sobre a legalidade das ações que a Administração pretende realizar (CHAVES, 2011). Com base em suas considerações, escritas ou verbais, o gestor toma a decisão de prosseguir ou interromper determinada ação, seguindo as orientações oferecidas.

A função da assessoria jurídica é, essencialmente, mediar a vontade da sociedade, conduzida na atuação de seus representantes, com a vontade democrática e a lei, compreendendo a política pública a ser implementada e estabelecendo os mecanismos para sua realização. Assim, a assessoria jurídica deve orientar a instrução do processo desde o início, elaborando subsídios das demandas de acordo com suas convicções técnicas e estando aberta a revisá-los em casos extraordinários (PEREIRA JUNIOR; DOTTI, 2017).

Na Administração Pública, praticamente nenhum passo é dado sem antes ouvir a Assessoria Jurídica. Portanto, a função de assessoria jurídica é claramente preventiva e orientativa por natureza (CHAVES, 2011). Nesse sentido, é fundamental contar com uma equipe de juristas especializada no Direito à saúde dentro da estrutura organizacional de um Hospital. Essa equipe auxilia os gestores na identificação de riscos internos e externos, maximizando os resultados e minimizando as demandas negativas que podem levar a litígios.

É essencial ressaltar que a coerência e a coesão textual devem ser mantidas ao citar e referenciar as fontes utilizadas, seguindo as normas acadêmicas e fornecendo as referências bibliográficas completas ao final do trabalho.

Durante minha experiência de atuação no setor jurídico do Hospital da região do Bico do Papagaio, pude vivenciar a importância da implantação desse departamento e seu papel relevante na prevenção de litígios e problemas legais. A assessoria jurídica desempenha um papel fundamental, atuando de forma preventiva e orientadora, garantindo a conformidade das ações do hospital com as normas legais e regulamentares.

No dia a dia, nossa equipe prestou assessoramento constante ao Diretor do Hospital, fornecendo orientações jurídicas para subsidiar suas decisões. Analisamos minuciosamente os documentos relacionados à rotina hospitalar, buscando identificar possíveis riscos e irregularidades que poderiam resultar em demandas judiciais ou extrajudiciais. A elaboração de documentos internos e externos foi uma atividade recorrente, assegurando que todos os procedimentos e ações estivessem em conformidade com a legislação vigente.

Um dos aspectos mais relevantes do nosso trabalho foi a compreensão das normas de Direito à Saúde, o que nos permitiu auxiliar os gestores na identificação de riscos e na maximização dos resultados, evitando litígios desnecessários. Além disso, tivemos um papel fundamental no âmbito do direito regulatório, orientando sobre as obrigações e responsabilidades das entidades de classe, agências reguladoras e administração pública.

Ao longo desse processo, conseguimos evitar diversas causas judiciais cíveis, penais e trabalhistas, bem como litígios nos conselhos profissionais e demandas junto ao Ministério Público, Defensoria Pública e Poder Judiciário. A atuação preventiva e orientadora da nossa equipe permitiu que buscássemos o acolhimento das partes envolvidas, trabalhando em conjunto com os gestores para encontrar soluções adequadas para os problemas apresentados.

Destaco também a importância de compreender as competências e obrigações relacionadas ao alvará sanitário, pois dependendo da região, a responsabilidade pode ser do município, do estado ou da União por meio da ANVISA. Esse conhecimento nos permitiu auxiliar o Hospital na obtenção e renovação desse documento fundamental para o seu funcionamento adequado.

No decorrer dessa experiência, pude constatar o quanto essencial é a atuação da assistência jurídica no Hospital da região do Bico do Papagaio. A prevenção de problemas legais, a orientação contínua e o alinhamento com as normas de Direito à Saúde foram aspectos-chave para garantir o bom funcionamento da instituição e o cumprimento de todas as exigências legais. A atuação preventiva e orientadora da assessoria jurídica contribuiu para promover um ambiente seguro, juridicamente respaldado e em conformidade com as melhores práticas na área da saúde.

## Considerações Finais

Considerando o exposto, fica evidente a importância da assessoria jurídica no âmbito da saúde, especialmente em um hospital. A atuação preventiva e orientadora dos assessores jurídicos contribuiu para evitar problemas legais e garantir o correto funcionamento da instituição. Durante a experiência vivenciada, foi possível constatar a necessidade de buscar informações junto aos setores técnicos antes de emitir pareceres e tomar decisões, visando uma análise mais precisa e embasada. Além disso, a orientação aos demais servidores, com base em suas convicções técnicas, mostrou-se fundamental para um trabalho coeso e alinhado. A elaboração de pareceres jurídicos em conformidade com a legislação vigente serviu como um instrumento processual para lidar com as demandas diárias.

Ressalta-se que o acompanhamento das demandas desde o início pela Assessoria Jurídica até a sua execução adequada evita equívocos e decisões mal planejadas, que poderiam resultar em consequências negativas em auditorias futuras. Dessa forma, a atuação da assessoria jurídica é fundamental para o bom

funcionamento do hospital e a garantia do cumprimento das normas legais e regulamentares no contexto da saúde.

## Referência

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 29 de mai.2023

CHAVES, Luís Cláudio de Azevedo. **Curso Prático de Licitações: os Segredos da Lei nº 8.666/93**. IBAM/ Lumen Juris, 2011.

FREITAS, FONSECA, QUELUZ. **A Judicialização da saúde nos sistemas público e privado de saúde: uma revisão sistemática**. Interface (Botucatu). 2020; 24: e190345 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.190345>. Acesso em: 29,de mai.2023

GROLLMUS, NICHOLAS S.; TARRÈS, Joan P. Relatos metodológicos: difractando experiências narrativas de investigación. **Fórum Qualitative Social Research**, v. 16, n. 2, mayo 2015. Disponível em:< [file:///C:/Users/Particular/Downloads/2207-9561-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Particular/Downloads/2207-9561-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 28 abril. 2023.

LI R, Hernandez-Villafuerte K, Towse A, Vlad I, Chalkidou K. Mapping priority-setting in health in 17 countries across Asia, Latin America and sub-Saharan Africa. **Health Syst Reform**. 2016; 2(1):71-83.

LIMA, Fabrício Marcelino de; SILVA, Marcella Cristina Brazão. **A responsabilidade do advogado em pareceres jurídicos de licitações**. Revista Científica do Curso de Direito. Centro Universitário FAG, 2019.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Malheiros, 2010.

PEREIRA JUNIOR, José Torres; DOTI, Marinês Restelatto. **Responsabilidade da Assessoria Jurídica no processo administrativo das licitações e contratações**. Revista AGU nº 29, 2017.

RANGEL, Tauã Lima Verdan. **A contribuição da assessoria jurídica popular para a construção e afirmação da cidadania**, n. 1, 2016, p. 173-190. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/paradigma/article/view/173-190>. Acesso em 29 mai. 2023.

RIBEIRO, Valério. **Assessoria jurídica - uma valiosa ferramenta para grandes hospitais**. [valerioribeiro.adv.br](http://valerioribeiro.adv.br),2020. Disponível em: <https://valerioribeiro.adv.br/blog/artigos/assessoria-juridica-uma-valiosa-ferramenta-para-grandes-hospitais/>.Acesso em: 29, de mai.2023.

VERDASCA, Monteiro. **Assessoria jurídica para clínicas**. [monteiroverdasca.com](http://monteiroverdasca.com),2021. Disponível em: <https://monteiroverdasca.com/assessoria-juridica-clinicas-medicas/#h-principais-leis-relacionadas-a-assessoria-juridica-para-clinicas-medicas/>.Acesso em: 29, de mai.2023.

Recebido em 24 de julho de 2023

Aceito em 09 de agosto de 2023